

COMUNICADO DO SECRETARIADO NACIONAL

O Secretariado Nacional dos TSD – Trabalhadores Social-Democratas reuniu hoje na sua sede em Lisboa para analisar a situação política, económica e social, designadamente a situação criada com anúncio das medidas a constar da Proposta de Orçamento de Estado para 2013 e entende declarar o seguinte:

1. Portugal completou com sucesso a sua **quinta avaliação trimestral** por parte da *Troika*. Os TSD saúdam este facto bem como o alargamento, por um ano, das metas orçamentais propostas para o nosso país.
2. Esta avaliação positiva deve ser entendida como o resultado, por um lado, de um planeamento governativo necessário e, por outro lado, da coesão política e social que tem existido e de uma adesão da maioria dos portugueses à necessidade de sacrifícios do ponto de vista económico e social como, de resto, é amplamente reconhecido a nível nacional e internacional.
3. Ainda assim e apesar de estar a trilhar o caminho correcto, o nosso país encontra-se ainda **a meio do seu programa de assistência, sendo conveniente que se mantenha o esforço colectivo** no sentido de ser bem sucedido até ao seu final e recuperar a sua plena soberania em matéria económica e financeira - situação que actualmente não se verifica.
4. Sem embargo, o anúncio da **intenção do Governo de alterar a TSU** (Taxa Social Única) na componente do trabalhador, com efeitos a partir de 2013, veio introduzir uma preocupante perturbação no consenso social e político existente até aqui e poderá minar a relação de confiança que tem existido entre o Executivo e os cidadãos e que tem sido a base do sucesso do resgate português.
5. Desde logo e demagógicamente, o **Partido Socialista** - cujos Governos foram directamente responsáveis pela dramática situação económica e financeira que motivou o pedido de resgate internacional - aproveitou esse pretexto e optou por romper com a sua vinculação ao *Memorando de Entendimento* que negociou e assinou com a *Troika* em nome do Estado Português. Os TSD lamentam este facto, já que o PS não deixou qualquer espaço ao entendimento e preferiu optar pelo alinhamento com o populismo da extrema-esquerda, em lugar da convergência com os Partidos da coligação em nome do interesse nacional numa conjuntura tão difícil.
6. **Relativamente ao anúncio da intenção do Governo de alterar a relação de cálculo da TSU entre trabalhador e empresa, os TSD entendem que a mesma penaliza os rendimentos do trabalho, ao mesmo tempo que desonera os empregadores de uma forma generalizada e cega. De igual modo, a prevista redução adicional das pensões, agrava o rendimento dos pensionistas e aposentados.**

7. Estas intenções podem traduzir-se numa penalização forte dos trabalhadores no activo e aposentados e, por esse motivo, delas discordamos.
8. Embora reconhecendo que, a chamada *desvalorização fiscal*, pode até ser benéfica para a competitividade de algumas empresas de bens e serviços transaccionáveis, a sua generalização ao universo das empresas nacionais, com base no aumento da comparticipação do trabalhador para a TSU de 11% para 18%, terá efeitos perniciosos no consumo das famílias e na sobrevivência de muitas empresas dele dependentes gerando um aumento do desemprego por essa via.
9. Entendemos que, alternativamente, se poderá operar uma **selectividade na desvalorização fiscal**, discriminando positivamente as empresas de bens e serviços transaccionáveis (eventualmente até em percentagem superior aos 5,75 % já que o seu número é relativamente reduzido face ao universo) mas cujo financiamento deverá assentar sobre o consumo e não sobre o rendimento do trabalho.
10. Face ao forte impacto que o anúncio da referida intenção teve junto da opinião pública, os TSD pedem ao Governo a sua total disponibilidade para o **diálogo com os Parceiros Sociais** de modo a que, em sede de Concertação Social, possam ser consensualizadas medidas que, ao mesmo tempo que permitam cumprir os compromissos internacionais a que Portugal está vinculado, não penalizem, mais uma vez e fortemente, os trabalhadores e os pensionistas sob pena da conflitualidade social poder comprometer os esforços colectivos.

Lisboa, 15 de Setembro de 2012

Pelo Secretariado Nacional

Pedro Roque
Secretário Geral